

**Desenvolvimento Multifacetado e Redução das Desigualdades Sociais: O Acesso dos Pretos e Pardos ao Ensino Superior Público.**

**Multifaceted Development and Reduction of Social Inequalities: The Access of Blacks and Blinds to Public Higher Education.**

**Desarrollo multifacético y reducción de las desigualdades sociales: el acceso de negros y ciegos a la educación superior pública.**

Recebido: 04/11/2019 | Revisado: 05/11/2019 | Aceito: 01/04/2020 | Publicado: 01/04/2020

**Evandro Luiz Rodrigues**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001.7651.2131>

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

E-mail: [evandro68@bol.com.br](mailto:evandro68@bol.com.br)

**Rogério Rodrigues**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0000-0003-2657-7302>

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

E-mail: [rrunifei@hotmail.com](mailto:rrunifei@hotmail.com)

**Resumo**

Buscando desvincular a noção reducionista de desenvolvimento do viés do progresso econômico, o presente trabalho tem por objetivo explorar, de forma interdisciplinar, como o desenvolvimento, estabelecido como fenômeno complexo e com diversas facetas, pode ser reconhecido como fundamento científico para dar suporte às políticas públicas de cotas étnico-raciais. Assim, inserindo o indivíduo no centro da questão sob enfoque, analisaremos o desenvolvimento como ferramenta para emancipação dos negros (pretos e pardos), com destaque para o papel do Estado e dos atores não governamentais no processo de formatação e manutenção das políticas públicas compensatórias ou reparatórias, alavancadas pelo acesso à educação superior pública. Nesse contexto, poderemos descortinar caminhos para a redução das desigualdades sociais desse segmento historicamente discriminado, concluindo que o convívio entre pretos, pardos e brancos no seio das universidades, reforça a diversidade cultural e a democracia no Brasil, contribuindo para a formação líderes mais preparados e conhecedores da identidade nacional.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Desigualdades Sociais; Educação; Cotas Étnico-Raciais.

### **Abstract**

Seeking to disconnect the reductionist notion of development from the bias of economic progress, the present work aims to explore, in an interdisciplinary way, how development, established as a complex phenomenon with several facets, can be recognized as a scientific basis to support public policies of ethnic-racial quotas. Thus, by inserting the individual at the center of the issue under focus, we will analyze development as a tool for the emancipation of blacks (blacks and browns), highlighting the role of the State and non-governmental actors in the process of formatting and maintaining compensatory public policies remedies, leveraged by access to public higher education. In this context, we will be able to uncover ways to reduce social inequalities in this historically discriminated segment, concluding that the interaction between blacks, browns and whites within universities reinforces cultural diversity and democracy in Brazil, contributing to the formation of better prepared leaders and connoisseurs of national identity.

**Keywords:** Development; Social differences; Education; Ethnic-Racial Quotas.

### **Resumen**

Buscando desconectar la noción reduccionista del desarrollo del sesgo del progreso económico, el presente trabajo tiene como objetivo explorar, de manera interdisciplinaria, cómo el desarrollo, establecido como un fenómeno complejo con varias facetas, puede ser reconocido como una base científica para apoyar Políticas públicas de cuotas étnico-raciales. Por lo tanto, al insertar al individuo en el centro del tema en cuestión, analizaremos el desarrollo como una herramienta para la emancipación de los negros (negros y marrones), destacando el papel del Estado y los actores no gubernamentales en el proceso de formateo y mantenimiento de políticas públicas compensatorias remedios, apalancados por el acceso a la educación superior pública. En este contexto, podremos descubrir formas de reducir las desigualdades sociales en este segmento históricamente discriminado, concluyendo que la interacción entre negros, marrones y blancos dentro de las universidades refuerza la diversidad cultural y la democracia en Brasil, contribuyendo a la formación de líderes mejor preparados y conocedores de la identidad nacional.

**Palabras clave:** Desarrollo; Desigualdades sociales; Educación. Cuotas étnico-raciales.

## 1. Introdução

Entender o desenvolvimento em sua inteireza não é tarefa fácil. Lançar o olhar sobre as desigualdades históricas que assolam a sociedade brasileira e encontrar soluções para avançar na erradicação da pobreza, torna o estudo ainda mais intrigante, notadamente em face da estrutura social calcada nos fundamentos da escravidão e estabelecida sob uma plataforma capitalista.

No Brasil, a desigualdade tornou-se símbolo. Esse estado de coisas é muito degradante quando falamos da população negra. Os piores índices educacionais afetam de forma frontal os pretos e pardos. Vejamos:

O Analfabetismo alcança 10,3% dos idosos brancos e 27,5% dos pretos ou pardos; o Percentual de pessoas que concluíram, no mínimo, o ensino médio cresceu de 46,2% para 47,4%: Esse percentual foi maior entre brancos (55,8%) do que entre pretos ou pardos (40,3%); Em relação à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 76,5% para as pessoas brancas de 15 a 17 anos, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 64,9%.

Nos indicadores educacionais do Brasil, entre 2016 e 2018, persistem as desigualdades regionais, de gênero e de cor e raça: mulheres permanecem mais escolarizadas do que os homens, pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que os das pessoas pretas ou pardas. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018).

Se a isonomia grita em voz alta que todos são iguais perante a lei, qual o motivo de as estatísticas insistirem em manter os pretos e pardos sempre no andar mais baixo? Será que alguns grupos sociais são superiores aos outros? O desequilíbrio entre negros e brancos é de natureza racial ou puramente econômico? Pessoas de peles escuras realmente enfrentam dificuldades no decorrer de sua existência? Há que se falar em mérito sem igualdade no ponto de partida? Essas indagações ainda causam muito desconforto na sociedade.

Considerando essa recalcitrância permanente da desigualdade, somente por meio de políticas públicas inovadoras, capitaneadas por movimentos sociais e impulsionadas pela Estado é que poderemos minimizar a situação das futuras gerações de negros. Assim sendo, a reserva de vagas no ensino superior público é ferramenta de grande valia.

No intuito de contribuir para a compreensão do problema, na primeira parte estudaremos o desenvolvimento e suas diversas dimensões, com destaque para o caráter emancipatório dos cidadãos, em contraponto à sua visão liberal e individualista.

O próximo recorte estudará as funções do Estado e das políticas públicas de acesso à educação superior pela população negra e o papel dos entes não governamentais na construção das políticas de cotas étnico-raciais, retratadas como ações afirmativas para a construção de uma sociedade mais igualitária, culminando com as considerações finais.

## **2. Metodologia**

O trabalho formatou-se por meio de pesquisa com abordagem qualitativa. Os dados da realidade serão enfrentados, destacando-se os aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis e que não podem ser generalizados.

Nessa mesma linha, Richardson (2017) entende que a metodologia qualitativa deve fazer a análise de variáveis, compreendendo a dinâmica da vida em sociedade com mais profundidade.

No que se refere aos objetivos, o estudo é de natureza exploratória. Segundo Gil (2002, p. 41) “[...] as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A meta é entender com mais propriedade um tema de notável relevância, considerando que o acesso diferenciado ao sistema de educação ainda causa divergências no que toca à interpretação do princípio da isonomia esculpido na Constituição, que assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Temos a igualdade formal e a igualdade material.

## **3 – Desenvolvimento**

### **3.1 Aspectos Centrais sobre o Desenvolvimento**

A evolução da sociedade está umbilicalmente ligada à noção de desenvolvimento.

Etimologicamente, desenvolvimento<sup>1</sup> significa: ato ou efeito de desenvolver (-se); desenvolvimento. Passagem gradual (da capacidade ou possibilidade) de um estágio inferior a um estágio maior, superior, mais aperfeiçoado. Adiantamento, aumento, crescimento, expansão ou progresso.

A compreensão detalhada do desenvolvimento demanda uma visão histórica baseada na sua problematização no tempo. A história do desenvolvimento pode ser analisada a partir do Século XVIII até os dias atuais, tendo como norte a expansão e a consolidação do capitalismo. A ideia inicial foi criada durante os séculos XIX e XX e está vinculada ao progresso, como crescimento econômico, acúmulo de riquezas e avanço tecnológico.

O Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que em 1949, em seu discurso de posse apresentou ao mundo os termos “desenvolvimento e subdesenvolvimento” (LANG, 2016, p. 25). Desde então, determinada economia ou país sempre passaram ter como meta o desenvolvimento, como processo contínuo de conquistas, tendo como referência os países centrais.

Posta assim a questão inicial, no entanto, interligar desenvolvimento, avanço econômico e acúmulo de riquezas gera uma visão míope do fenômeno. Na concepção profunda, o desenvolvimento deve ser enxergado como processo social global, nos âmbitos político, social, econômico e cultural, surgido das concepções e ideias coletivamente partilhadas durante o processo histórico-social. Trata-se de uma reflexão sobre as relações entre homens no tempo e no espaço.

Nota-se que o verdadeiro desenvolvimento multifacetado é aquele que, desgarrando-se do aspecto econômico, passa a se preocupar com outras questões: ambientais e desenvolvimento sustentável, cultura e patrimônio histórico, cidadania e dignidade da pessoa humana, dentre outras. São essas novas faces que devem alavancar a redução das desigualdades sociais e regionais no Brasil.

Nessa perspectiva, um novo conceito é pensado por Sachs (2002), que apresenta um modelo de desenvolvimento sustentável, pensado no uso com responsabilidade dos recursos naturais, sabendo que os mesmos são finitos e que a manutenção da humanidade é dependente dessa conservação. O desenvolvimento precisa ser pensado a longo prazo, tendo o interesse coletivo acima das disputas sociais e políticas.

---

<sup>1</sup> <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desenvolvimento/>>. Acesso em 22.04.2019.

As teorias referentes ao desenvolvimento foram alçadas ao patamar de essencialidade após a segunda Guerra Mundial. No âmbito da América Latina, a ilusão do desenvolvimento estava alinhada com o progresso industrial.

Com expertise, Celso Furtado analisou, no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, de forma brilhante, as estruturas do progresso econômico, na tentativa de compreensão dos problemas similares encontrados nas economias atrasadas, em contextos históricos diversos. Conclui-se que há uma dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais. A generalização das formas de consumo dos países centrais não podem prevalecer nos periféricos.

Ele centrava seus esforços na tese de que os países periféricos não poderiam ter padrões de consumo conforme os níveis dos países ricos ou centrais. O desenvolvimento econômico nos moldes capitaneados pelos líderes da Revolução Industrial não pode ser universalizado. Por conseguinte, é mito e simplesmente irrealizável que os pobres possam algum dia desfrutar das formas de vida dos países ricos.

As principais características do subdesenvolvimento da economia brasileira foram: grande disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas, a maioria da população vivendo em nível de subsistência fisiológica e pessoas subempregadas (FURTADO, 1974, p. 97).

Tanto no Brasil como na América Latina, o viés desenvolvimentista se deu a partir da década de 1930. Especificamente no Brasil, por meio do nacional-desenvolvimentismo, com um processo de industrialização com a liderança do Estado, utilizando o modelo de substituição de importações.

Nas décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimentismo teve seu ponto mais alto. Isso se deveu ao fato de que os grandes formuladores da política do desenvolvimentismo estavam na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (Furtado, 1974, p. 106).

A partir da década de 70, a ideologia do livre mercado ganhou força, tendo como realce a diminuição das funções do Estado.

Impende observar, ainda, que quando o desenvolvimento é voltado para políticas de compensação social, onde um grupo, aparentemente, é favorecido em relação a outro, há um confronto entre as correntes sociais e liberais do desenvolvimento. Por tais razões, vamos nos debruçar sobre esse ponto nodal. Inicialmente, trato do caráter liberal.

### 3.2 Desenvolvimento e Liberalismo

Na seara do liberalismo, há maximização da noção de liberdade individual, valorizando o mérito, com pouca influência do Estado, mesmo que exercida sob a forma democrática. A meritocracia se transforma em baluarte de uma sociedade capitalista e extremamente competitiva. Por outro enfoque, meritocracia pressupõe que os “concorrentes” estejam na mesma condição, para que aqueles que com sua dedicação possam galgar posições no cenário de uma vida mais digna.

O Estado tem dever negativo. Não interferir na vida privada, de maneira que o objetivo maior não é a igualdade de direitos. Nessa vertente, temos a visão doutrinária:

Ninguém, em particular, pode ser responsabilizado pelas desigualdades socioeconômicas, e, muito menos ainda, a “sociedade”. Esse é um dos sentidos que pode ser atribuído à célebre frase de Margaret Thatcher de que “não há semelhante coisa como a sociedade”. E, mais fundamentalmente, a tentativa de realizar um padrão de justiça distributiva na sociedade implica necessariamente a violação de deveres negativos não excepcionáveis, isto é, implica o emprego arbitrário e, portanto, injusto, do poder político (Vita, 2013, pp. 33-34).

Quando se analisa os autores clássicos liberais e suas crenças, na linha de que o sistema econômico naturalmente salvaria a vida de todos e que a promoção social efetivada pelo Estado limita o desenvolvimento moral dos cidadãos, a visão do liberal de verdade é a seguinte:

A pobreza (seja ela material ou espiritual) decorre dos acasos, bons ou ruins, e das opções livremente feitas por cada indivíduo ao longo de sua existência. Há os que preferem o enriquecimento material ou o desenvolvimento espiritual e vão atrás disso. Outros preferem outras coisas, da ascese à devassidão. Pouco importa. São decisões pessoais, de foro íntimo, que a ninguém mais dizem respeito (Martins, 2003, p. 59).

Após esse panorama sobre as idiosincrasias do pensamento liberal aplicável ao desenvolvimento, com exaltação do individualismo, liberdade e mérito, vamos entender quais as características do desenvolvimento mais humano, sob a ótica da liberdade emancipatória das pessoas.

### **3.3 Desenvolvimento como Fator Emancipatório dos Cidadãos**

Começo este ponto com uma indagação: como é possível uma sociedade se desenvolver se os cidadãos não possuem condições mínimas, como saúde, moradia, educação, previdência social, alimentação, dentre outros direitos básicos?

Após a Segunda Guerra, a análise do desenvolvimento não pôde mais ficar dependente do economicismo. Nesse contexto, o cidadão deve ser deslocado para o centro da problemática do desenvolvimento, passando a ser elemento ativo do processo. Anteriormente, Mercado e Estado dominavam a cena.

Na visão de Amartya Sen (2010), para pensar a equidade social, é necessário inserir nos debates a questão da diversidade humana, além de reconhecer os valores e as concepções de vida daqueles que seriam “alvos” dos “projéteis” de desenvolvimento.

É insuficiente para o desenvolvimento o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), das rendas, do avanço da tecnologia e a modernização social. É importante a análise integrada das atividades econômicas, sociais, políticas, acompanhada de várias instituições e condições de agentes que se relacionam de forma interativa (SEN, 2010).

A liberdade deve ser a tônica, possibilitando que o indivíduo construa seu caminho, sem privações, à luz de suas capacidades. O autor nos apresenta as liberdades instrumentais, classificando-as em cinco modalidades: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora.

As liberdades substantivas têm condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte prematura. Em seu papel instrumental, atuam como diferentes tipos de direitos e oportunidades que contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e promoção do desenvolvimento.

O desenvolvimento humano auxilia na melhoria das capacidades humanas. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade de vida de toda população (SEN, 2010, p.191).

Nessa quadra emancipatória, é importante colocar a educação em lugar de destaque. A qualificação educacional da população é relevante fator de desenvolvimento do País, preparando o indivíduo para o exercício da cidadania. À luz da Constituição Federal, no seu artigo 205, educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Esculpidas as estruturas básicas do desenvolvimento integral, com realce para a camada que valoriza a emancipação do indivíduo por meio da educação, passaremos a estudar as funções do Estado na implementação das políticas de cotas étnico-raciais.

### **3.4- O Estado e a Política de Cotas Étnico-Raciais para acesso à Universidade Pública.**

O Estado, apesar das atividades de apoio dos entes privados, é o principal responsável pela redução das desigualdades sociais.

O Estado, como formatador da vida em sociedade, na verdade, é fomentado por lutas políticas históricas, em busca de dominação do poder. O Estado, como relação social, apresenta as seguintes características:

No fundo, trata-se de olhar a sociedade como um conjunto de relações sociais hegemônicas, ou seja, de práticas cotidianas que são aceitas ativamente ou passivamente, e se baseiam em relações de poder e dominação. Uma teoria crítica do Estado deveria começar com a análise da sociedade, não do Estado. A função principal do Estado capitalista – patriarcal, racista, imperial e pós-colonial – é a de consolidar as relações sociais dominantes e dar-lhes certa continuidade, mas também de contribuir, de maneira controlada, para que transitem em direção a novos arranjos convenientes. (Dilger, Lang & Pereira, 2016, p.127).

A propósito, foi exatamente em nome da relação de poder contínua que a escravidão deixou sua marca indelével na formação das relações sociais no Brasil. Sem entender as raízes históricas desse acontecimento nefasto, ainda que de maneira básica, esse trabalho científico, indubitavelmente, ficaria incompleto.

As fortes desigualdades no Brasil, com reflexos mais destacados nos pretos e pardos, estão intimamente ligadas ao modo de vida fomentado na escravidão. Esse quadro social não surgiu de forma abrupta. Jogados à própria sorte, após a abolição, essas pessoas (coisas) foram estigmatizadas e os efeitos deletérios de tudo isso são sentidos até hoje. Apresento as circunstâncias e efeitos da escravidão, após a libertação dos negros:

Desse modo, a urbanização representou uma piora nas condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres da cidade. O nível de vida caiu, a comida ficou pior e a casa também. Seu abandono os tornou, então, perigosos, criminosos, maconheiros, capoeiras, etc. Uma lógica de convivência naturalizada com a desigualdade social que também veio para ficar, como bem sabemos, hoje em dia, na sociedade de condomínios fechados (Souza, 2019, p.64).

O Estado precisava responder de alguma maneira. As políticas públicas, entendidas, inicialmente, como instrumento de Estado para colocar em funcionamento seu plano de governo, se constitui das seguintes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação.

Entretanto, não podemos esquecer que essas ferramentas são gestadas dentro de um Estado que é marcado pelo jogo de poder e ideologias, na seguinte linha de raciocínio:

As políticas públicas não são um “instrumento” do Estado, e sim, um equilíbrio instável, resultado de disputas entre diferentes atores políticos e sociais, que respondem sempre a um determinado momento conjuntural. (...) Muitos fatores influem nas políticas públicas. Isso não apenas depende de medidas adotadas, como também de estruturas políticas e sociais em que são formuladas (Dilger, Lang & Pereira, 2016, p.129).

No caso das cotas étnico-raciais, estamos diante de políticas públicas de ações afirmativas, como medidas para a redução das desigualdades a que estão submetidos setores da sociedade secularmente discriminados e excluídos, que fundamentam-se no recorte histórico da questão “racial”. Nesse ponto, a melhor doutrina nos ensina, com lucidez:

Branco monopolizam inteiramente o aparelho do Estado e nem sequer se dão conta da anomalia que isso representa à luz dos princípios da Democracia. Por diversos mecanismos institucionais raramente abordados com a devida seriedade e honestidade, a educação de boa qualidade é reservada às pessoas portadoras de certas características identificadoras de (suposta ou real) ascendência europeia, materializando uma tendência social perversa, tendente a agravar ainda mais o tenebroso quadro de desigualdade social pelo qual o país é universalmente conhecido. No domínio do acesso ao emprego impera não somente a discriminação desabrida, mas também uma outra de suas facetas mais ignominiosas – a hierarquização –, que faz com que as ocupações de prestígio, poder e fama sejam vistas como apanágio os brancos, reservando-se aos negros e mestiços aquelas atividades suscetíveis de realçar-lhes a condição de inferioridade (Gomes, 2001, p.12).

Foi com supedâneo nesse pano de fundo que o Estado olhou para os pretos e pardos de forma diferente e produziu atos estatais compensatórios/reparatórios no campo educacional, ao perceber a diferença do percentual de matriculados brancos e negros no ensino superior. Nesse contexto fático-social, sobreveio a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que prevê a reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos e pardos, para ingresso nas universidades. Em reforço, em 2014, a Lei nº 12.990 estabeleceu vagas para candidatos negros nos concursos públicos, no âmbito da administração pública federal.

Mas as normas não surgiram sem seus substratos sociais. São frutos dos entrelaçamentos entre fatos e a valoração advinda da sociedade. Essa função coube aos movimentos sociais, associações e demais agentes não estatais. É sobre eles que falaremos a seguir.

### **3.5- Os Atores não governamentais na Construção das Políticas de Cotas Étnico-Raciais.**

De acordo com Secchi (2015), atores são aqueles que desempenham atividades recentes na arena política, com capacidade para, direta ou indiretamente, influenciar nos resultados de determinada política pública.

As legislações baseadas em ações afirmativas, como informado acima, não surgiram de forma repentina. É imperiosa a inserção dos atores não governamentais para auxiliar o desenvolvimento da sociedade e da democracia. Esse ativismo institucional é de extrema importância, uma vez que aproxima o ato estatal da realidade vivida. Com suas experiências retiradas do relacionamento estreito com os elementos sociais, sem dúvidas, proporcionam mais legitimidade às normas. Confira:

A capacidade do Estado brasileiro de implementar políticas públicas e efetivar os direitos previstos no ordenamento jurídico está cada vez mais reduzida. Aliado a isso, o Brasil ainda é um país comandado por uma elite política e econômica que se estrutura em torno de privilégios. É em grande parte por isso que as leis e os direitos (mesmo garantidos na legislação) são cumpridos parcialmente, sempre excluindo os mais pobres. A participação social, até agora, permitiu romper formalmente com esse modelo, construindo um arcabouço legal extremamente progressista. Entretanto, a permanência de relações de poder desiguais e a fragilidade do Estado brasileiro não permitem a sua efetivação. Esse é um novo desafio da participação social: consolidar uma institucionalidade de exigibilidade dos direitos (Cionello, 2008, p.9).

São inúmeros os agentes sociais que auxiliaram na confecção das normas, tais como: EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afro-descendentes; MNU – Movimento Negro Unificado; IDEP – Instituto de Direito Público e Defesa Comunitária Popular.

No entanto, nesse processo, sobressaiu a conduta da EDUCAFRO, liderada pelo Frei David. Para ilustrar, com o objetivo de exaltar os bastidores das negociações dos movimentos sociais, na busca da aprovação da política pública, agora para aplicação na pós-graduação, transcrevo parte dos acontecimentos em Brasília, no Ministério da Educação, à época dos fatos:

A conjuntura é a seguinte: nós em 2015 fomos com um ônibus em Brasília com a missão de ocupar a CAPES, porque a CAPES é quem domina todo o dinheiro de mestrado e doutorado no Brasil. Nosso objetivo era ocupar a CAPES, exigindo uma metodologia de inclusão do negro no mestrado e no doutorado.

...

Ao mesmo tempo o Brasil estava pegando fogo e o governo Dilma ia ser deposto e nós estávamos lutando contra a maré para que essa portaria fosse assinada antes do governo Dilma cair. Conseguimos uma reunião, na CAPES, dessa comissão, no dia 10 de maio e nossa reunião tinha como missão fazer acontecer de qualquer jeito a assinatura da portaria, garantindo mestrado e doutorado para o negro.

...

Nós corremos com um grupo de negros e cercamos o ministro na sala antes do elevador, e lá foi um bate boca, um falatório muito grande e ele saiu com uma fala estratégica: “Frei David, você não percebeu qual era nossa estratégia? Nós entendemos que o negro merece algo específico, se eu assinasse essa portaria junto com os indígenas, a imprensa não ia dar destaque nenhum, e não ia ter nenhum valor, hoje focamos só nos indígenas e amanhã vai ser a portaria para os negros”. Aí eu falei: “Mas Ministro, que horas?”. Ele disse: “Amanhã mesmo horários, às 15 horas”. Soubemos que ele não tinha assinado porque a CAPES estava contra, então, fizemos mais modificações e então levamos, ele não aceitou fazer a cerimônia de assinatura, assinou no gabinete dele, diante de dois, três assessores e mandou publicar a portaria. Isso no dia 11 de maio (Frei David Santos, em entrevista concedida a Náthani Siqueira em 16/02/2017) (Lima, 2017. pp. 100-101).

Com esse relato de luta e persistência, com o objetivo de reduzir as diferenças sociais no Brasil, emprestando ao desenvolvimento uma característica humanista, com suporte na educação, temos que concluir.

#### **4. Considerações Finais**

Com esse estudo, procuramos, de forma interdisciplinar, demonstrar como o desenvolvimento, colorido e multifacetado, fundamentou a adoção de políticas de cotas étnico-raciais para ingresso de negros no nível superior público. Salta aos olhos que, além do Estado, por intermédio das políticas públicas, os entes não governamentais foram fundamentais para a criação das pautas sociais educacionais com reserva. Ficou claro que a meritocracia, ancorada nas visões liberais de desenvolvimento, é uma falácia, quando não há igualdade no ponto de partida.

O incremento das políticas públicas faz reparação histórica aos negros, que escravizados e humilhados em suas dignidades, com suas forças de trabalho iniciaram o crescimento do Brasil. Nem se argumente que a geração atual não deva “pagar” pelos erros do

passado. Em matéria de nação, não existe separação de gerações. A nação é uma só. Una e indivisível. Nesse atual estágio de caminhada da sociedade brasileira, a bússola deve nos levar ao encontro de outro espírito de vida: a fraternidade.

Mister se faz ressaltar, nesse fecho, que a convivência entre negros e brancos no ambiente universitário é salutar para as relações sociais. A aproximação de histórias de vidas, o caldo cultural muitas das vezes contrastante, em ambiente de formação de futuros líderes, empresários e gestores, é importante para o amadurecimento das relações e da democracia. Todos ganham. Afinal, educação é formação para a vida.

Essa conjugação de esforços entre Estado e organismos não estatais é a chave para despertar no Brasil o verdadeiro significado da cidadania, de modo que a gestão participativa deve funcionar independentemente do partido político que esteja no poder.

Com essas centelhas de pensamentos comunitários e colaborativos, desprovidos das garras competitivas do capitalismo extremado, será que um dia atingiremos a alternativa ao desenvolvimento, denominada “Bem Viver” como conduta ética espiritual em relação ao entorno, os valores humanos, a visão de futuro, emprestada da filosofia indígena? (ACOSTA, 2016).

Após a exploração do assunto em pauta, entendemos que trabalhos futuros devem pensar como o Poder Judiciário, principalmente o Supremo Tribunal Federal (STF), como instância máxima do Judiciário da República e guardião da Constituição Federal, desempenha seu papel fundamental para a efetivação da democracia.

Assim, deve-se responder de que maneira os diversos discursos sobre as cotas sociais no ensino superior, representados pelos segmentos da sociedade, são interpretados, uma vez que a consolidação das políticas públicas sociais depende da posição final do Poder Judiciário. É dizer, qual o grau de interação entre o social e o jurídico? Trata-se de via de mão dupla?

Isso é um tema para um próximo artigo.

## **Referências**

Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

Cionello, A. (2008). *A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. Recuperado de <http://formacaoredefale.pbworks.com/f/Participacao+Social+como+Processo+de+Consolida%C3%A7%C3%A3o+da+Democracia+no+Brasil.pdf>

Dilger, G., Lang, M. & Pereira Filho, J. (Orgs.). (2016). *Descolonizar o Imaginário*. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. RJ, Paz e Terra.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisas*. 4. ed. - São Paulo: Atlas.

IBGE. (2018). *PNAD Contínua 2018*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>

Lima, N.S. (2017). *Cotas nos cursos de pós-graduação das universidades estaduais do Rio de Janeiro: uma análise da lei nº 6.914/14 à luz do ciclo de políticas públicas*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos do Goytacazes, RJ, Brasil.

Martins, C. E. (2003). *Liberalismo: o direito e o avesso*. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000400001)

Minayo, M. C. S (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Niederle, P. & Radomsky, G.F. (2016). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Coordenado pelo SEAD/ UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Richardson, R. J. (2017). *Pós-Graduação-Metodologia-Pesquisa Social: Métodos e Técnicas- Métodos Quantitativos e Qualitativos-Capítulo 5*. Editora ATLAS SA-2015-São Paulo.

Secchi, L. 2015. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2<sup>a</sup>. ed. Editora Trilha, São Paulo.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das bolso.

Souza, J. (2019). *A elite do atraso*. Rio de Janeiro, RJ: Estação Brasil.

Souza, J. (2019). *Ralé brasileira: quem é e como vive* / Jessé Souza; Belo Horizonte: Editora UFMG.

Vita, Álvaro. (2013). *Liberalismo, Justiça Social e Responsabilidade Individual*. Teoria Crítica e Justiça Social/Alessandro Pinzani; Milene Consenso Tonetto (Organizadores)- Florianópolis: NEFIPO

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Evandro Luiz Rodrigues – 50%

Rogério Rodrigues – 50%